



Resolução de Questões

Direito Tributário

André Portella

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
AUDITOR FISCAL

PFN 2006, 2007, 2012
AUDITOR FISCAL 2012

Estrutura Geral das Resoluções

Direito Tributário: 72 questões

Estrutura dos Módulos

Módulo I: Tributo e Competência Tributária (16 Q.)

Módulo II: Princípios, Imunidade e Legislação Tributária (15 Q.)

Módulo III: Regra-Matriz, Obrigação Tributária (13 Q.)

Módulo IV: Crédito Tributário (07 Q.)

Módulo V: Administração Tributária e Dívida Ativa (08 Q.)

Módulo VI: Processo Administrativo e Processo Judicial Tributário (13 Q.)

Módulo III: 13 Questões

1. Regra-Matriz de Incidência Tributária (01 questão)
2. Obrigação Tributária, fato gerador, elisão e evasão (07 questões)
3. Sujeito passivo, base de cálculo e alíquota (05 questões)

REGRA-MATRIZ DE INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA

01 QUESTÃO

ESAF – AUDITOR FISCAL 2012

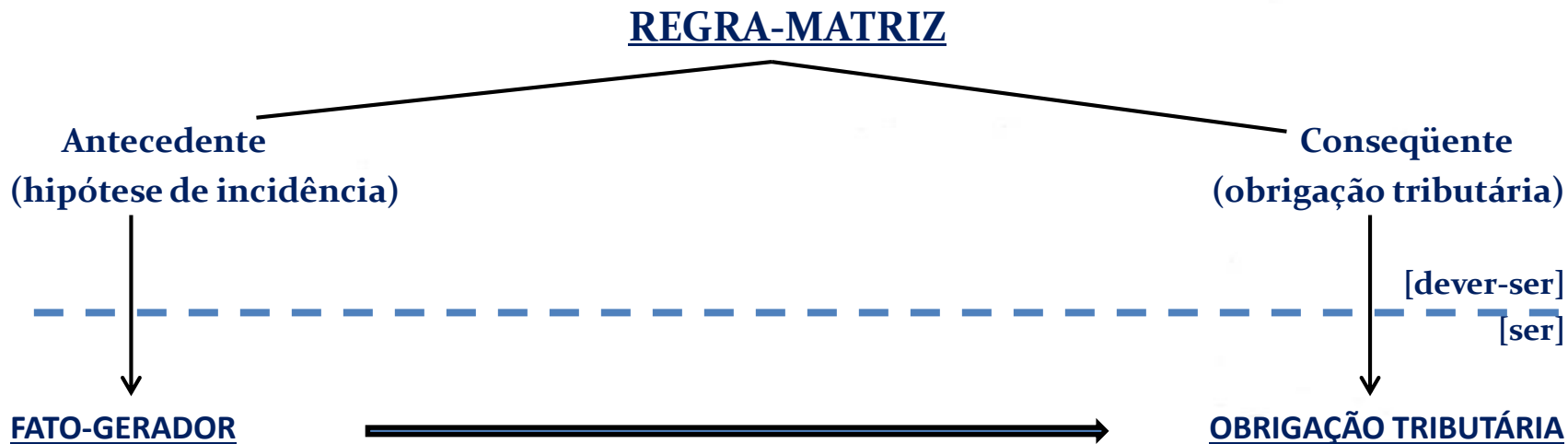
42. Sobre os diversos aspectos da norma tributária impositiva, julgue os itens a seguir, classificando-os como corretos ou incorretos, para, a seguir, assinalar a assertiva que corresponda à sua opção.

4. Dinâmica (mecanismo)

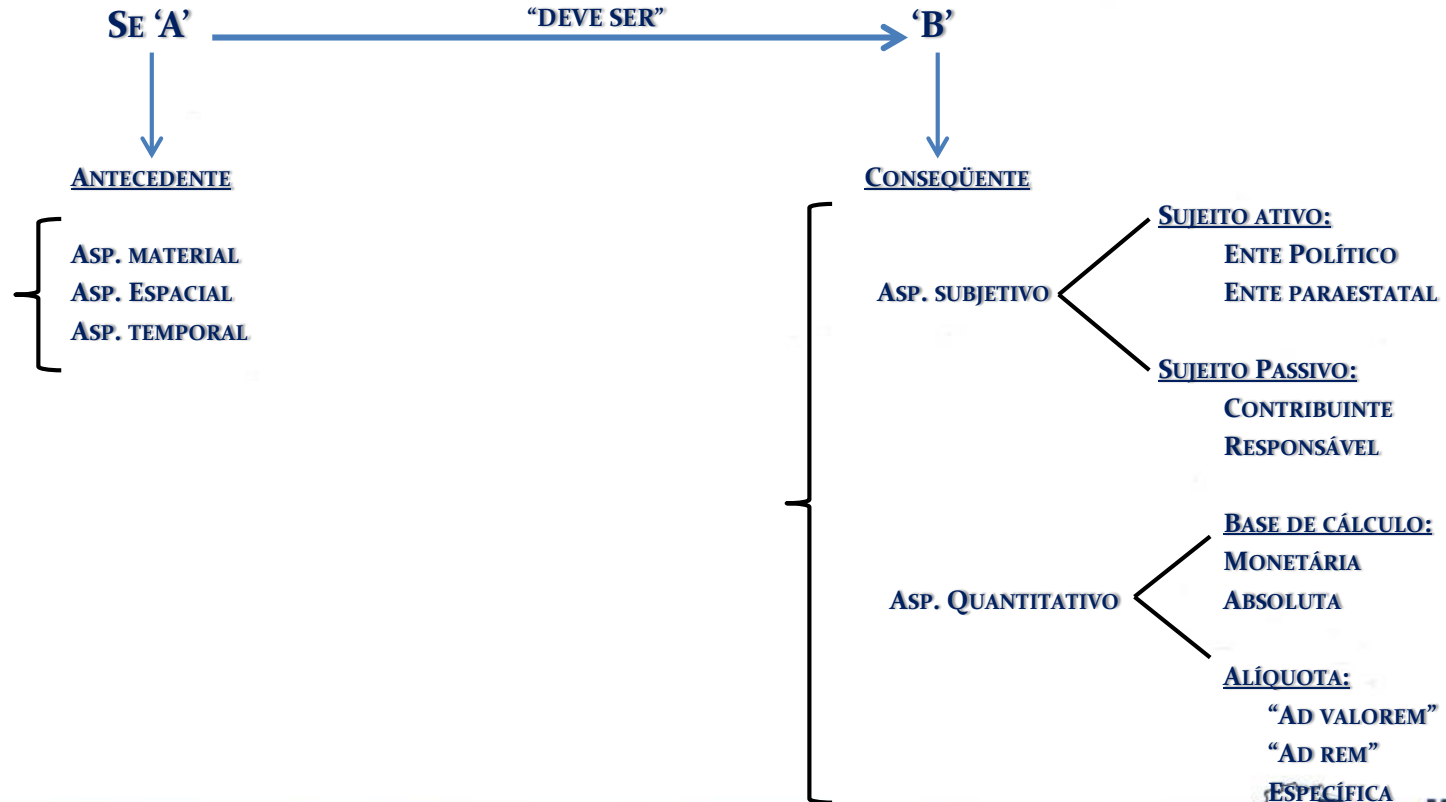


Fenomenologia da incidência Tributária

4. Dinâmica (mecanismo)



Regra-Matriz de Incidência Tributária



I. Ainda que se trate de um ato jurídico, no sentido dessa expressão no Código Civil, o fato gerador da obrigação tributária há de ser sempre considerado como um fato.

*** A ocorrência do FG independe da vontade do contribuinte.**

CTN, Art. 118. A definição legal do fato gerador é interpretada abstraindo-se:

I - da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos;

II. O aspecto temporal é a indicação das circunstâncias de tempo importantes para a configuração dos fatos imponíveis, que necessariamente será explícita.

*** Aspecto temporal é o momento em que ocorre o fato gerador.**

III. Aspecto espacial da hipótese de incidência corresponde ao território no qual, ocorrida a situação descrita no aspecto material, surge a obrigação tributária.

IV. Aspecto pessoal é aquele que diz respeito à definição dos sujeitos ativo e passivo da relação tributária.

V. O montante da obrigação tributária é o aspecto quantitativo da norma tributária impositiva, que pode ser um valor fixo, um percentual incidente sobre determinada grandeza ou até mesmo a lei pode utilizar-se do enquadramento em tabelas.

Estão corretos apenas os itens:

a) I, IV e V.

b) I, III, IV e V.

c) II, III e V.

d) II, IV e V.

e) Todos os itens estão corretos.

OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA, FATO GERADOR, ELISÃO E EVASÃO

07 QUESTÕES

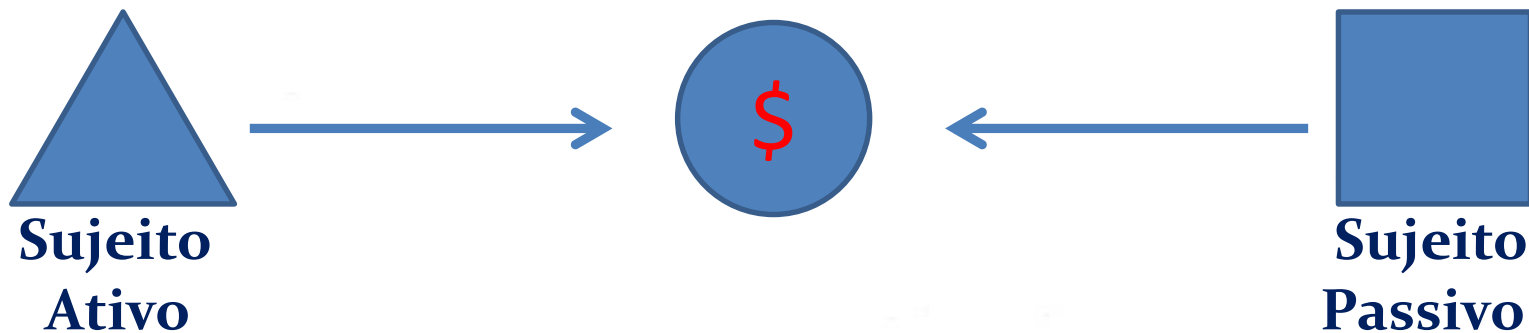
ESAF – PFN 2007

17. Responda às perguntas abaixo, com um Sim ou um Não e em seguida selecione, entre as opções abaixo, a que contenha as respostas certas, na devida seqüência.

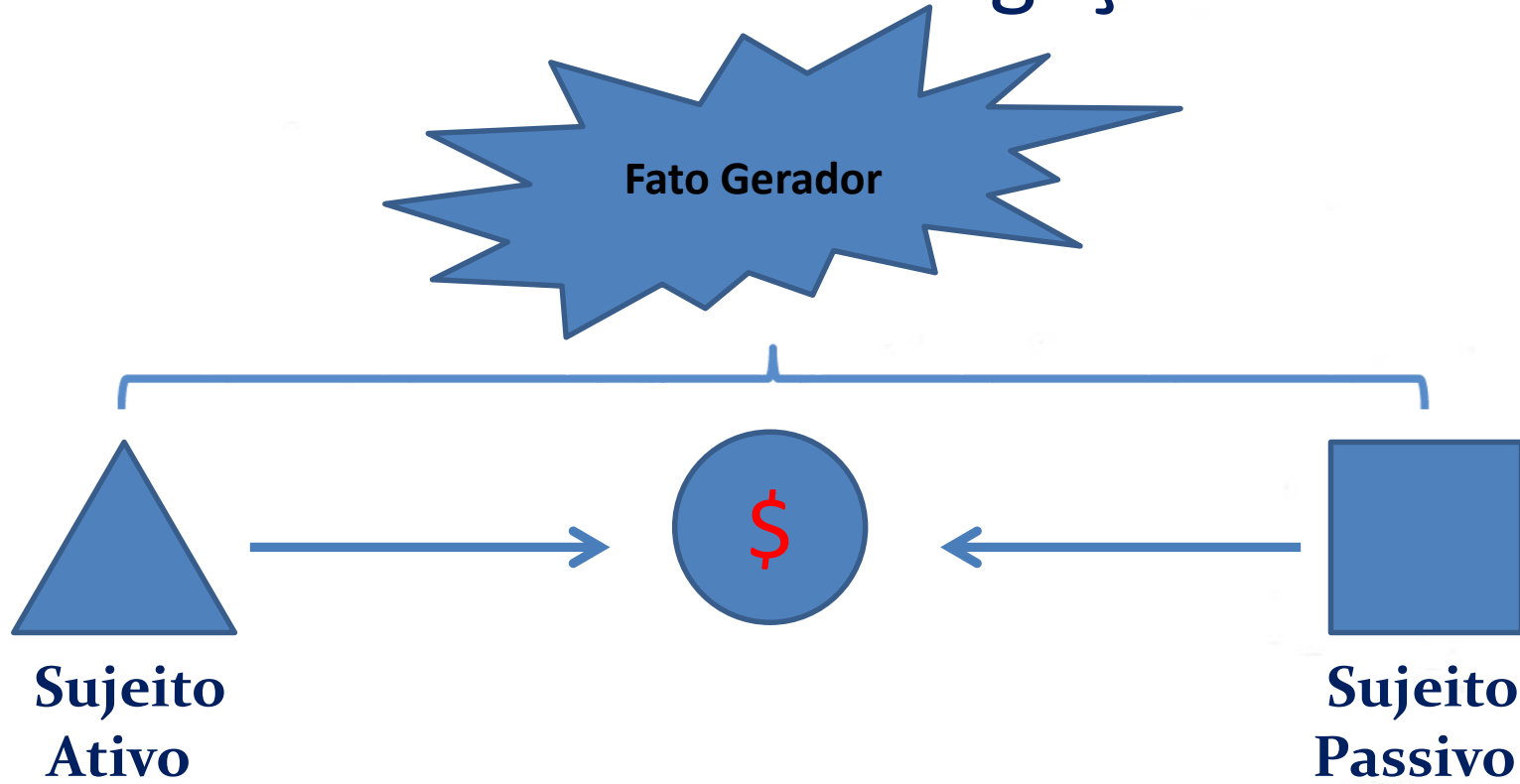
Obrigação Tributária



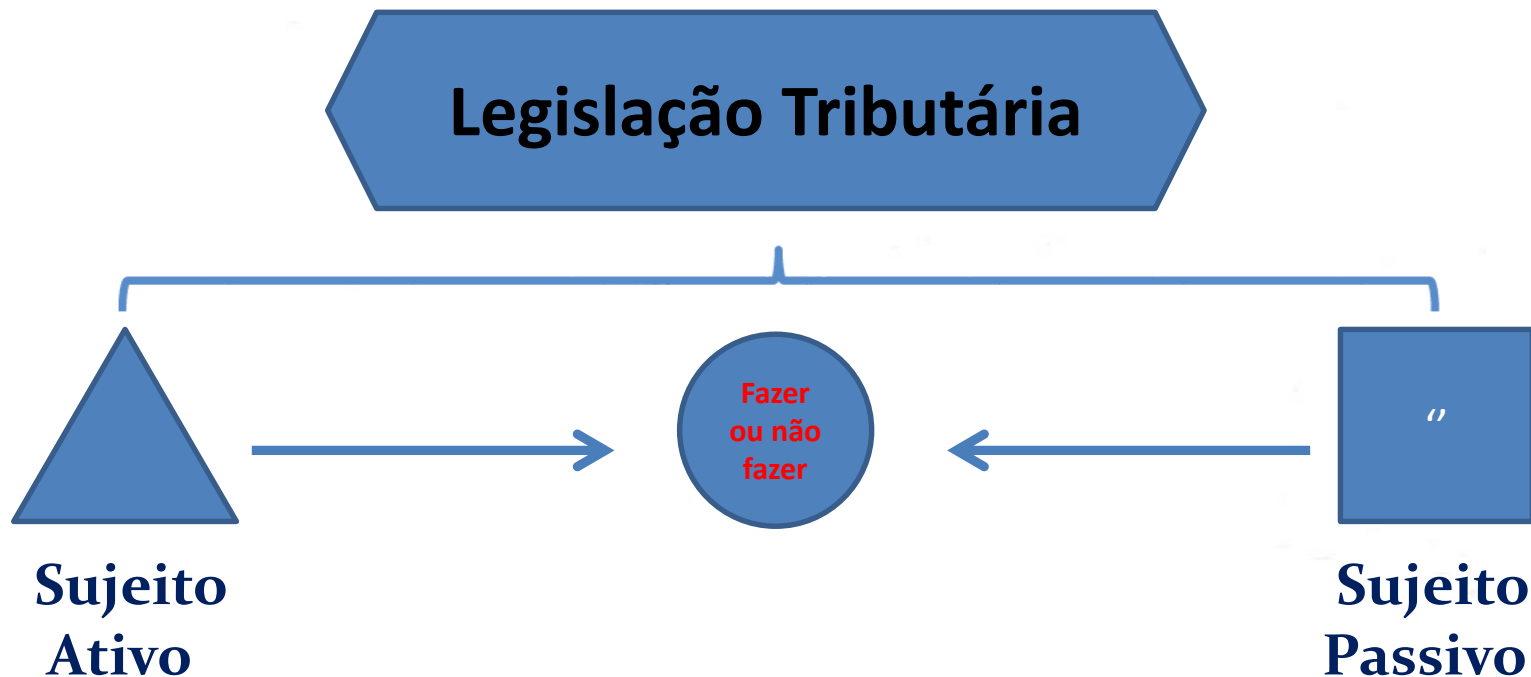
Obrigação Tributária



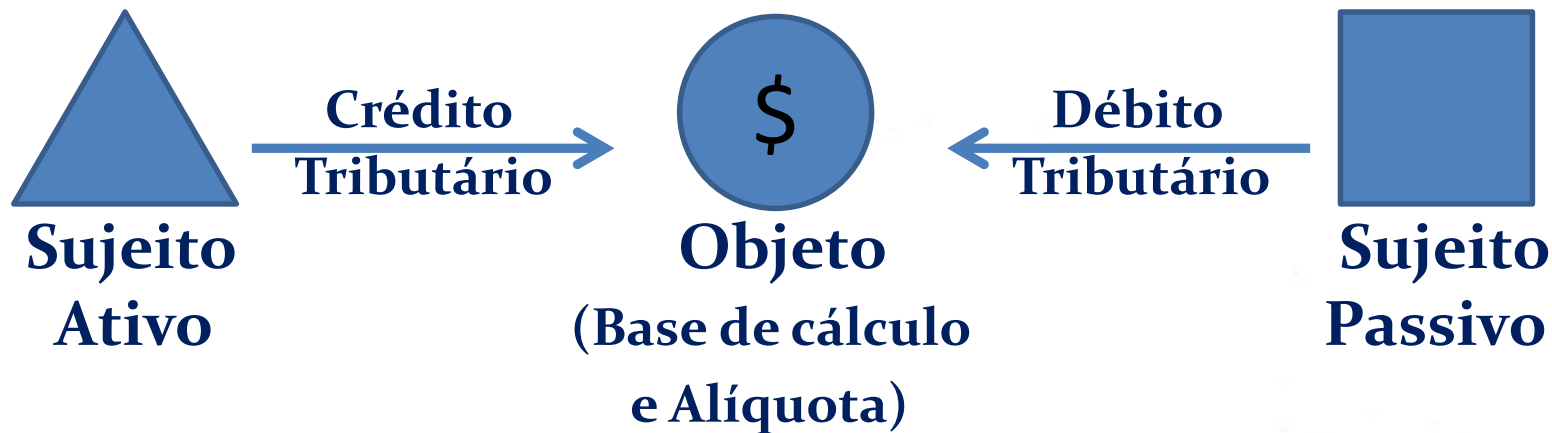
Obrigação Tributária



Obrigação Tributária



Elementos da Obrigação Tributária



A definição do fato gerador da obrigação tributária pode ser estabelecida apenas por lei?

CTN, Art. 97. Somente a lei pode estabelecer:

III – a definição do fato gerador da obrigação tributária principal...

A obrigação tributária principal pode ter por objeto exclusivamente penalidade pecuniária?

CTN, Art. 113. A obrigação tributária é principal ou acessória.

§ 1º A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

Uma situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure pagamento de tributo é denominada, no CTN, obrigação acessória?

CTN, Art. 115. Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

- a) Sim, Não, Não
- b) Sim, Não, Sim
- c) **Sim, Sim, Sim**
- d) Não, Sim, Sim
- e) Não, Sim, Não

ESAF – AUDITOR FISCAL 2012

40. Sobre as obrigações tributárias acessórias, assinale a opção incorreta.

a) As multas aplicadas pela Receita Federal do Brasil, decorrentes do descumprimento de obrigação acessória, detêm caráter tributário e são incluídas nos programas de parcelamentos de débitos fiscais.

b) O gozo de imunidade ou de benefício fiscal não dispensa o seu titular de cumprir as obrigações tributárias acessórias a que estão obrigados quaisquer contribuintes.

c) O sujeito passivo, na obrigação acessória, transforma-se em *longa manus* da Administração Pública, no sentido que pratica atos que seriam próprios da administração, com o intuito de auxiliá-la em sua função fiscalizatória e arrecadatória.

d) O cumprimento, por determinado sujeito, de obrigação acessória, não o condiciona à obrigação tributária principal.

e) A criação de obrigação acessória sem a específica e expressa autorização legal importa em usurpação da competência legislativa do Poder Legislativo.

CTN, Art. 115. Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

ESAF – PFN 2006

17. Considerando o tema “obrigação tributária” e as disposições do CTN, marque com (V) a assertiva verdadeira e com (F) a falsa, assinalando ao final a opção correspondente.

() O interditado pode ser sujeito passivo da obrigação tributária.

() A definição legal do fato gerador **não** pode ser verificada se for abstraída a validade jurídica dos atos praticados.

() A utilização de pauta fiscal pela administração tributária é uma forma de arbitramento da base de cálculo.

() A obrigação acessória nasce em razão da ocorrência de um fato gerador e independe de providência da autoridade fiscal para ser exigida.

a) V, V, V, V

b) F, V, F, F

c) F, V, F, V

d) V, F, V, V

e) V, F, V, F

ESAF – AUDITOR FISCAL 2012

41. Sobre a elisão fiscal, assinale a opção incorreta.

a) Distingue-se da elusão fiscal por ser esta expressão utilizada para designar a prática de atos ou negócios como base em um planejamento tributário lícito.

b) Tem como sinônimo a simulação, que consiste em uma discrepância entre a vontade real e a vontade declarada pelas partes.

c) A elisão abusiva deve ser coibida, por ofender a um sistema tributário criado sob as bases constitucionais da capacidade contributiva e da isonomia tributária.

d) Para fins de sua configuração, tem grande utilidade a análise do *business purpose test* do direito tributário norte-americano, que aceita como lícita a economia fiscal que, além da economia de imposto, tenha um objetivo negocial explícito.

e) Não se confunde com a dissimulação.

CTN, art. 116, Parágrafo único. A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária.

ESAF – AUDITOR FISCAL 2012

41. Sobre a elisão fiscal, assinale a opção incorreta.

a) Distingue-se da elusão fiscal por ser esta expressão utilizada para designar a prática de atos ou negócios como base em um planejamento tributário lícito.

b) Tem como **sinônimo** a simulação, que consiste em uma discrepância entre a vontade real e a vontade declarada pelas partes.

c) A elisão abusiva deve ser coibida, por ofender a um sistema tributário criado sob as bases constitucionais da capacidade contributiva e da isonomia tributária.

d) Para fins de sua configuração, tem grande utilidade a análise do *business purpose test* do direito tributário norte-americano, que aceita como lícita a economia fiscal que, além da economia de imposto, tenha um objetivo negocial explícito.

e) Não se confunde com a dissimulação.

ESAF – PFN 2012

38. O termo “preço de transferência” tem sido utilizado para identificar os controles a que estão sujeitas as operações comerciais ou financeiras realizadas entre partes relacionadas, sediadas em diferentes jurisdições tributárias, ou quando uma das partes está sediada em paraíso fiscal. Sobre este, assinale a opção incorreta.

a) Em razão das circunstâncias peculiares existentes nas operações realizadas entre essas pessoas, o preço praticado nessas operações pode ser artificialmente estipulado e, conseqüentemente, divergir do preço de mercado negociado por empresas independentes, em condições análogas.

* RFB, Perguntas Frequentes, resposta à pergunta n. 672
(<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/DIPJ/2005/PergResp2005/pr672a733.htm>)

b) Diversos países vêm instituindo esse controle como medida de salvaguarda de seus interesses fiscais, haja vista a constatação de manipulação dos preços por empresas interdependentes em transações internacionais, com o inequívoco objetivo de usufruir de regimes tributários mais favoráveis.

*** RFB, Perguntas Frequentes, resposta à pergunta n. 673**

(<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/DIPJ/2005/PergResp2005/pr672a733.htm>)

c) No âmbito da legislação sobre o “preço de transferência”, considera-se legislação tributária favorecida a do país, aplicável às pessoas físicas ou às pessoas jurídicas, conforme a natureza do ente com o qual houver sido praticada a operação, considerando-se separadamente a tributação do trabalho e do capital, bem como as dependências do país de residência ou domicílio, que não tribute a renda, ou que a tribute em qualquer alíquota inferior às aplicadas no Brasil.

*** v. alternativa “e” abaixo.**

d) Uma empresa do tipo trading, que realiza diversos tipos de importações e exportações de produtos, inclusive negociando também com empresas concorrentes, poderia vir a ser caracterizada como interposta pessoa, e por esta razão estar sujeita aos controles de preço de transferência.

* RFB, Perguntas Frequentes, resposta à pergunta n. 679
(<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/DIPJ/2005/PergResp2005/pr672a733.htm>)

e) A legislação de "preço de transferência" somente se aplica ao imposto de renda e à contribuição social sobre o lucro líquido.

* RFB, Perguntas Frequentes, resposta à pergunta n. 679
(<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/DIPJ/2005/PergResp2005/pr672a733.htm>)

* Lei 9.430/96, arts. 18, 19, 22, 24 e 28;

* IN/SRF 243/02.

ESAF – PFN 2012

40. Sobre o chamado “abuso de formas”, tema relacionado à interpretação econômica do direito tributário, assinale a opção incorreta.

a) A doutrina e a jurisprudência entendem que o planejamento tributário feito antes da ocorrência do fato gerador é lícito, enquanto aquele realizado após a ocorrência do fato gerador é ilícito.

* Há discussão em torno do parâmetro do momento de realização planejamento com relação ao fato gerador, daí o erro da questão.

* A correção preliminar indicou certa a assertiva.

b) Para parte da doutrina de direito tributário, pode-se classificar a evasão, de forma genérica, como lícita ou ilícita.

*** Doutrina minoritária adota este modelo de classificação.**

c) Não é defeso ao contribuinte que, dentro dos limites da lei, planeja adequadamente seus negócios, orientando-os de forma a pagar menos impostos.

d) A fórmula de liberdade do contribuinte de planejar seus negócios não pode ser levada ao paroxismo, permitindo-se a simulação ou o abuso de direito.

e) O uso de formas jurídicas com a única finalidade de fugir ao imposto ofende a um sistema criado sob as bases constitucionais da capacidade contributiva e da isonomia tributária.

*** O parâmetro do 'business purpose'**

*** Na doutrina há divergência a respeito desta afirmação**

*** Como a questão não adota referencial, considera-se errada**

*** Em correção preliminar, foi considerada errada**

30- Assinale a opção correta.

Não constitui entendimento do STJ:

a) **negócio abusivo é um negócio típico com um fim atípico, ou seja, utiliza-se uma forma jurídica típica, para atingir resultado outro que aquela determinada forma jurídica, normalmente, não atingiria ou não permite.**

*** STJ: não se pode desconsiderar um negócio jurídico, pelo simples fato de não ser ele o meio jurídico convencional aplicável ao caso.**

b) a interpretação econômica é de suma importância para a aferição das hipóteses de incidência tributária.

*** Interpretação econômica do Direito Tributário: prevalência da realidade econômica sobre a forma jurídica**

c) a Administração Pública pode desconsiderar a personalidade jurídica de sociedade constituída com abuso de forma e fraude à lei, desde que facultado ao administrado o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo regular.

d) a interpretação econômica se impõe, uma vez que a realidade econômica há de prevalecer sobre a simples forma jurídica.

e) age em fraude à lei quem, exercendo uma seqüência de atos lícitos, obtém resultado contrário a preceito jurídico.

SUJEITO PASSIVO, BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTA

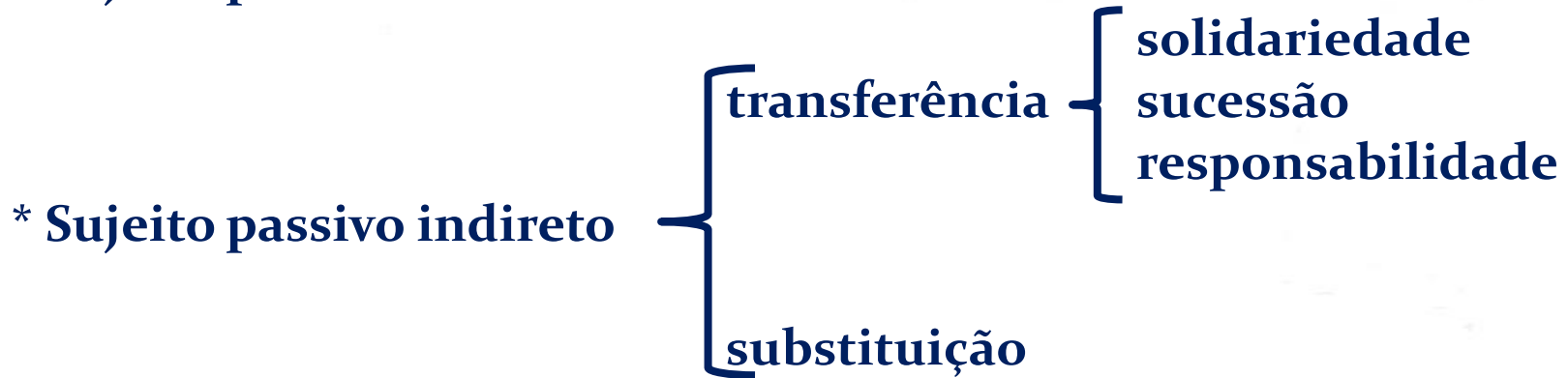
05 QUESTÕES

Sujeito Passivo

Classificação da sujeição passiva

1. O modelo de Rubens Gomes de Souza

* Sujeito passivo direto



2. O modelo atual

- * Contribuinte

- * Solidariedade

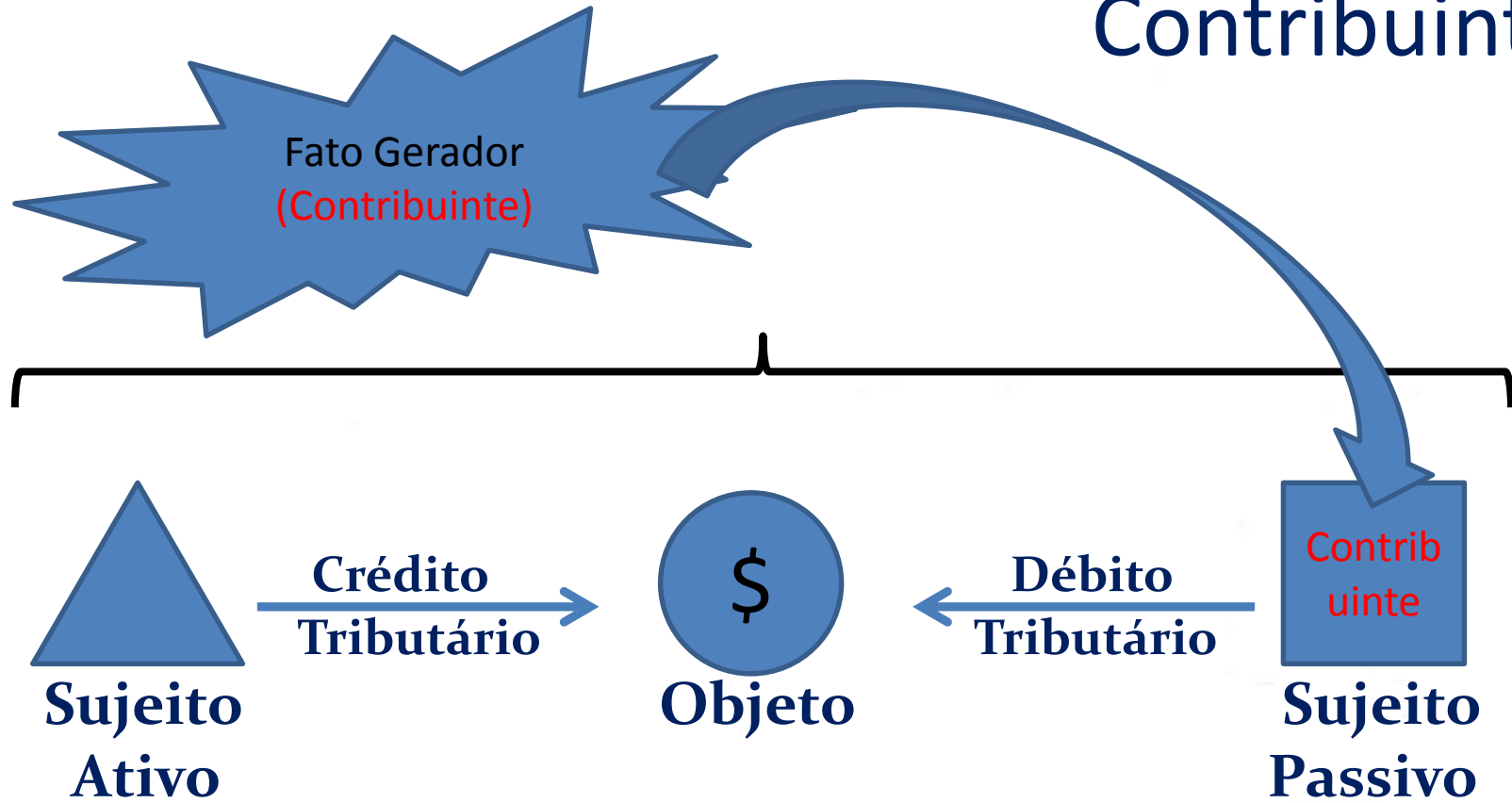
- * Responsabilidade

{ por Substituição
por Sucessão
de Terceito
por infração

Sujeito Passivo

a) **Contribuinte:** possui relação pessoal e direta com a situação que constitui fato gerador da obrigação tributária (CTN, art. 122, I)

Contribuinte



Sujeito Passivo

b) Responsável: aquele que não realiza o fato gerador, mas responde por pela obrigação tributária, em decorrência de previsão legal (CTN, art. 122, II)

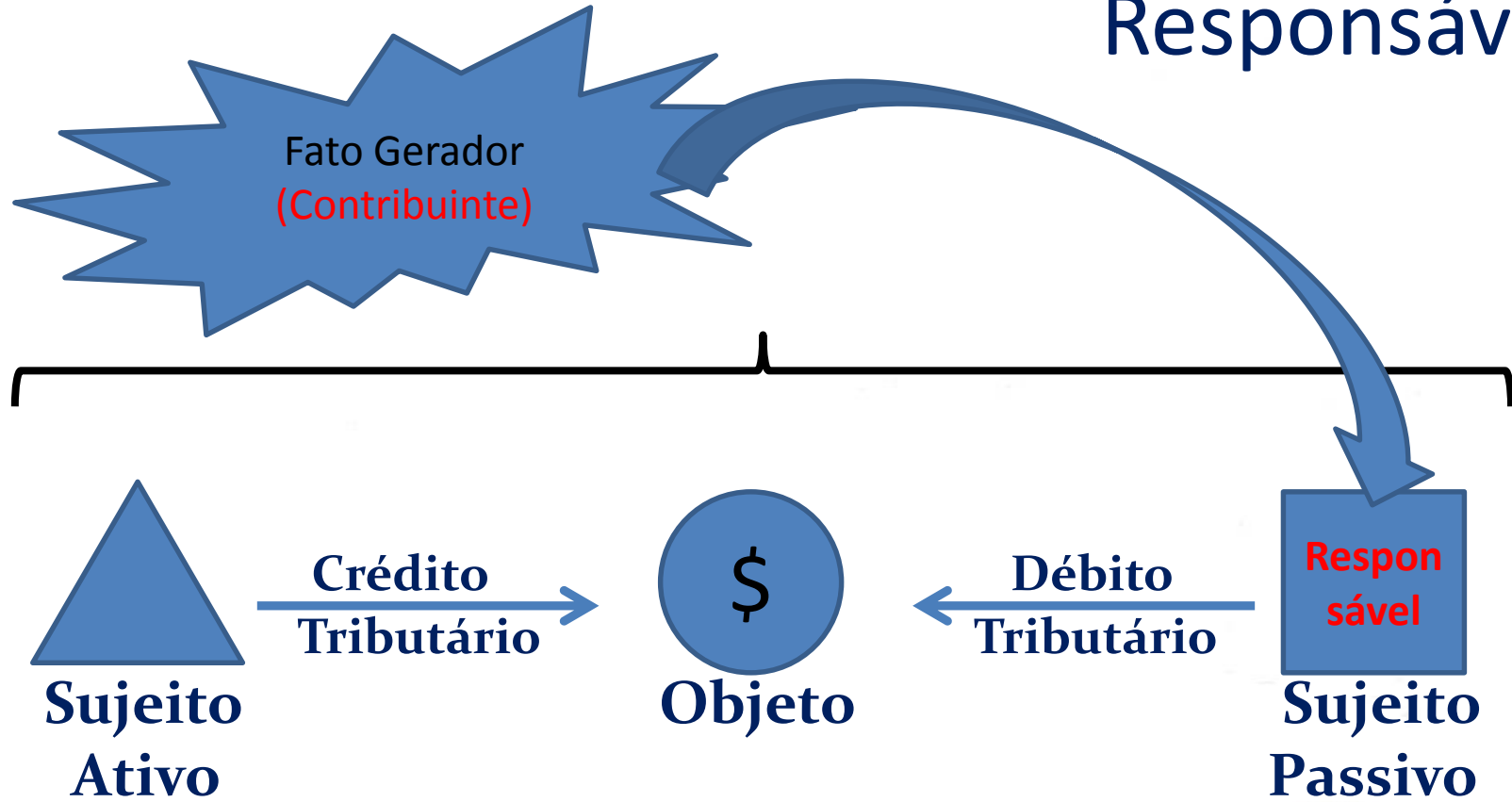
Sujeito Passivo

*** O contribuinte poderá liberar-se da obrigação tributária, ou responder de forma “supletiva” (solidária ou subsidiária) por ela (CTN, art. 128)**

Sujeito Passivo

*** Importante: é necessário que o responsável seja um terceiro vinculado ao fato gerador da obrigação tributária, não podendo ser alguém completamente alheio ao fato (CTN, art. 128)**

Responsável



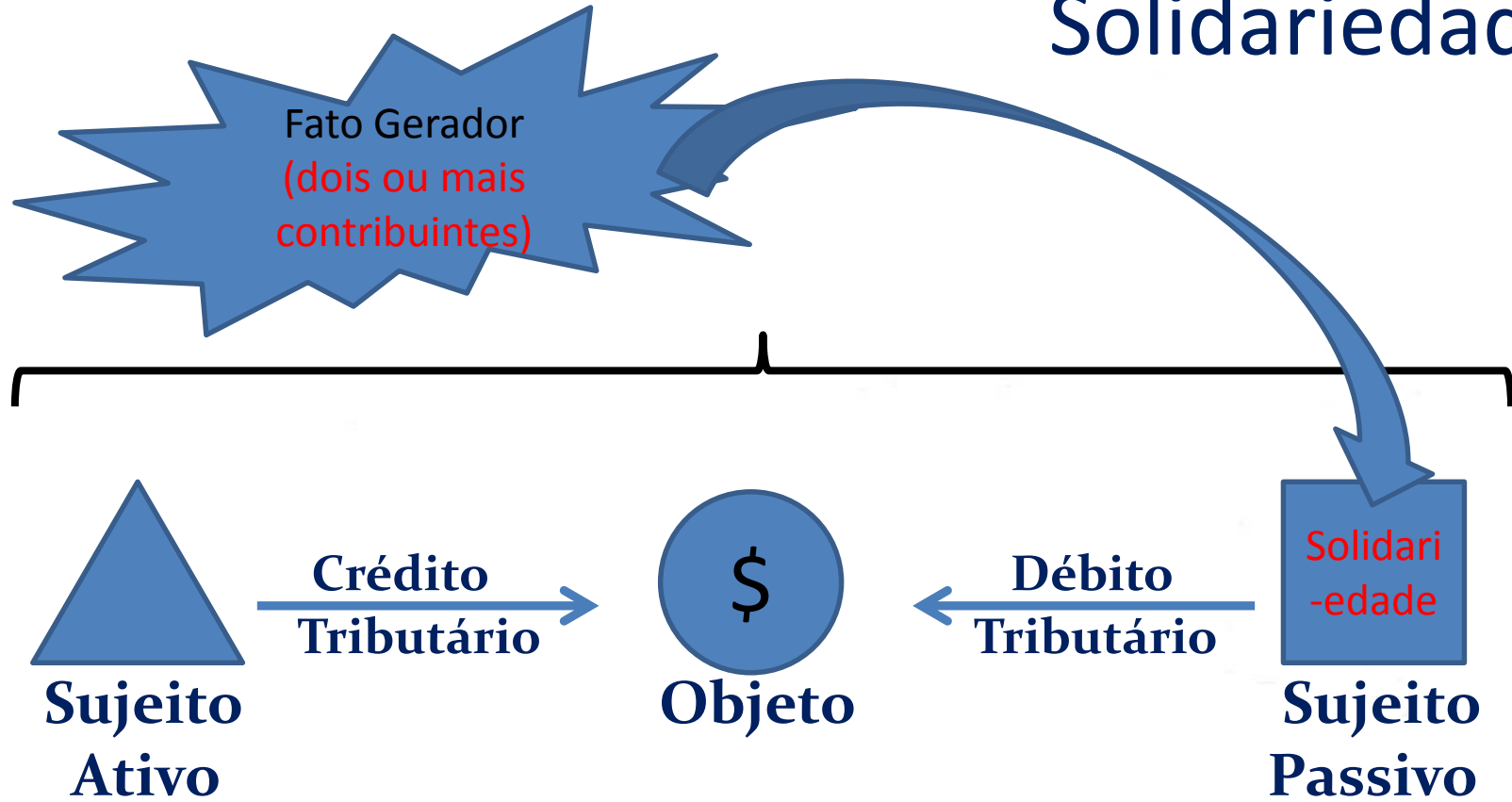
Sujeito Passivo

c) Solidariedade (CTN, art. 124):

- * De fato: situação na qual duas ou mais pessoas possuem interesse comum na situação que constitui fato gerador da obrigação tributária

- * De direito: a lei impõe de forma expressa a solidariedade entre duas pessoas

Solidariedade



ESAF – PFN 2012

39. Sobre a tributação no regime falimentar, assinale a opção correta.

a) A **lei estabelecerá** limites e condições para a preferência dos créditos decorrentes da legislação do trabalho em relação aos demais créditos, inclusive aos tributários.

* CTN, art. 186. II – a lei poderá estabelecer limites e condições para a preferência dos créditos decorrentes da legislação do trabalho;

b) Com as alterações havidas em relação ao regime falimentar, a alteração do Código Tributário Nacional deixa claro o propósito de preservar as empresas em dificuldades e consequentemente a oferta de empregos, **pelo que se permite afirmar que o crédito tributário ganhou posições** em relação à sistemática até então vigente.

~~CTN, Art. 186. O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for a natureza ou o tempo da constituição deste, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho.~~

Art. 186. O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho. (LC 118/2005)

Parágrafo único. Na falência: (LC 118/2005)

I-o crédito tributário não prefere aos créditos extraconcursais ou às importâncias passíveis de restituição, nos termos da lei falimentar, nem aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado; (LC 118/2005)

~~CTN, Art. 188, São encargos da massa falida, pagáveis preferencialmente a quaisquer outros e às dívidas da massa, os créditos tributários vencidos e vincendos, exigíveis no decurso do processo de falência.~~

Art. 188. São extraconcursais os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência. (LC 118/2005)

c) Na falência, o crédito tributário prefere aos créditos extraconcursais e às importâncias passíveis de restituição. Todavia, não prefere aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado.

CTN, Art. 186. Parágrafo único. I – o crédito tributário não prefere aos créditos extraconcursais ou às importâncias passíveis de restituição, nos termos da lei falimentar, nem aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado;

d) As multas contratuais e as penalidades pecuniárias por infração das leis penais ou administrativas, inclusive as multas tributárias, **preferem** aos credores quirografários.

*** Os créditos quirografários preferem às infrações e multas**

*** Lei 11.101/05, Art. 83. A classificação dos créditos na falência obedece à seguinte ordem: (...)**

VI – créditos quirografários, a saber: a) aqueles não previstos nos demais incisos deste artigo; b) os saldos dos créditos não cobertos pelo produto da alienação dos bens vinculados ao seu pagamento; c) os saldos dos créditos derivados da legislação do trabalho que excederem o limite estabelecido no inciso I do caput deste artigo;

VII – as multas contratuais e as penas pecuniárias por infração das leis penais ou administrativas, inclusive as multas tributárias;

Normal	Na falência:
I – TRABALHISTAS (ou acidente de trabalho)	I – EXTRACONCURSAIS
II – TRIBUTÁRIOS	II – TRABALHISTAS (até 150 SM/credor), e ACIDENTÁRIOS
III - outros	III – GARANTIA REAL
	IV – TRIBUTÁRIOS (exceto multas)
	V – PRIVILÉGIO ESPECIAL
	VI – PRIVILÉGIO GERAL
	VII – QUIROGRAFÁRIOS
	VIII – MULTAS em geral
	IX – SUBORDINADOS

e) O proprietário de bem arrecadado no processo de falência ou que se encontre em poder do devedor na data da decretação da falência poderá pedir sua restituição.

* Lei 11.101/2005, Art. 85. O proprietário de bem arrecadado no processo de falência ou que se encontre em poder do devedor na data da decretação da falência poderá pedir sua restituição.

ESAF – PFN 2007

19. A _____ decorre de disposição de lei, atribuindo ao contribuinte-substituto a responsabilidade pela retenção do imposto em relação ao fato gerador futuro a que está vinculado.

Em caso do não-cumprimento da obrigação pelo contribuinte-substituto, recai sobre o contribuinte substituído a chamada _____ de recolher o imposto devido na operação.

Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, desde o momento em que _____.

Assinale a opção que contém as palavras que preenchem de forma correta as lacunas acima.

*CF/88, Art. 150, § 7º A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.

* CTN, Art. 128. Sem prejuízo do disposto neste capítulo, a lei pode atribuir de modo expreso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.

* Art. 185. Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa.

ESAF – PFN 2007

19. A _____ decorre de disposição de lei, atribuindo ao contribuinte-substituto a responsabilidade pela retenção do imposto em relação ao fato gerador futuro a que está vinculado.

Em caso do não-cumprimento da obrigação pelo contribuinte-substituto, recai sobre o contribuinte substituído a chamada _____ de recolher o imposto devido na operação.

Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, desde o momento em que _____.

Assinale a opção que contém as palavras que preenchem de forma correta as lacunas acima.

a) tributação indireta / repercussão tributária / o crédito tributário seja objeto de execução fiscal ajuizada

ESAF – PFN 2007

19. A _____ decorre de disposição de lei, atribuindo ao contribuinte-substituto a responsabilidade pela retenção do imposto em relação ao fato gerador futuro a que está vinculado.

Em caso do não-cumprimento da obrigação pelo contribuinte-substituto, recai sobre o contribuinte substituído a chamada _____ de recolher o imposto devido na operação.

Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, desde o momento em que _____.

Assinale a opção que contém as palavras que preenchem de forma correta as lacunas acima.

b) substituição tributária / responsabilidade para trás / o devedor seja citado

ESAF – PFN 2007

19. A _____ decorre de disposição de lei, atribuindo ao contribuinte-substituto a responsabilidade pela retenção do imposto em relação ao fato gerador futuro a que está vinculado.

Em caso do não-cumprimento da obrigação pelo contribuinte-substituto, recai sobre o contribuinte substituído a chamada _____ de recolher o imposto devido na operação.

Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, desde o momento em que _____.

Assinale a opção que contém as palavras que preenchem de forma correta as lacunas acima.

c) translação da responsabilidade tributária / responsabilidade derivada / o juiz despache a petição inicial de execução fiscal

ESAF – PFN 2007

19. A _____ decorre de disposição de lei, atribuindo ao contribuinte-substituto a responsabilidade pela retenção do imposto em relação ao fato gerador futuro a que está vinculado.

Em caso do não-cumprimento da obrigação pelo contribuinte-substituto, recai sobre o contribuinte substituído a chamada _____ de recolher o imposto devido na operação.

Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, desde o momento em que _____.

Assinale a opção que contém as palavras que preenchem de forma correta as lacunas acima.

d) substituição tributária / responsabilidade supletiva / regularmente inscrito como dívida ativa

ESAF – PFN 2007

19. A _____ decorre de disposição de lei, atribuindo ao contribuinte-substituto a responsabilidade pela retenção do imposto em relação ao fato gerador futuro a que está vinculado.

Em caso do não-cumprimento da obrigação pelo contribuinte-substituto, recai sobre o contribuinte substituído a chamada _____ de recolher o imposto devido na operação.

Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, desde o momento em que _____.

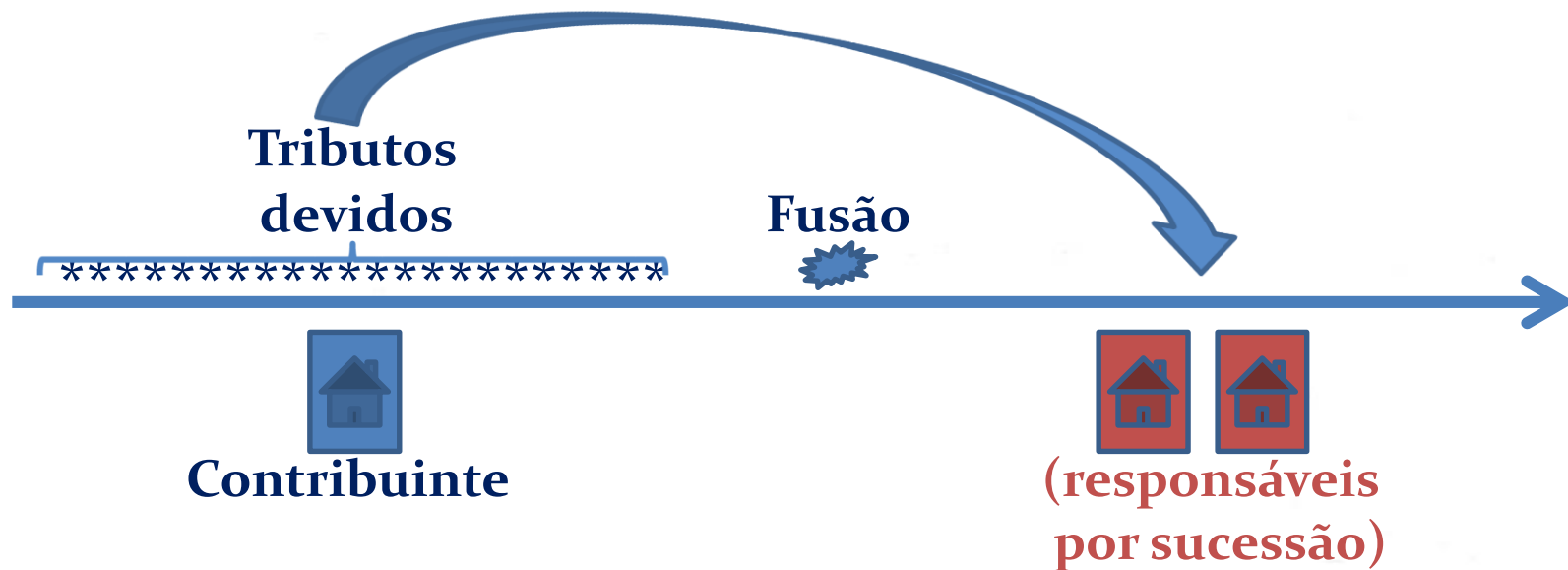
Assinale a opção que contém as palavras que preenchem de forma correta as lacunas acima.

e) alteração da responsabilidade / responsabilidade cardeal notificado / o contribuinte da constituição do crédito tributário

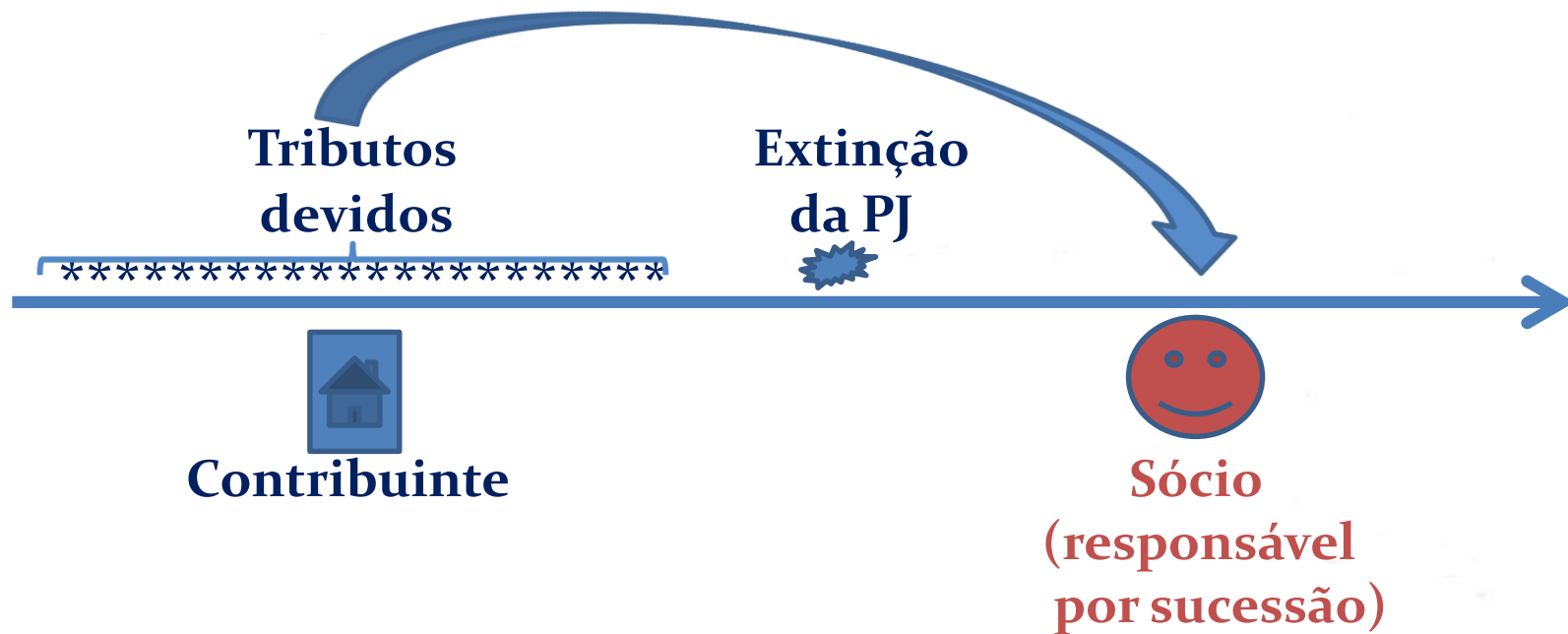
29. Leia o enunciado e indique a opção correta, entre as cinco que se seguem.

Segundo o art. 133 do Código Tributário Nacional (CTN), a pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde integralmente pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade. No entanto, segundo o mesmo Código,

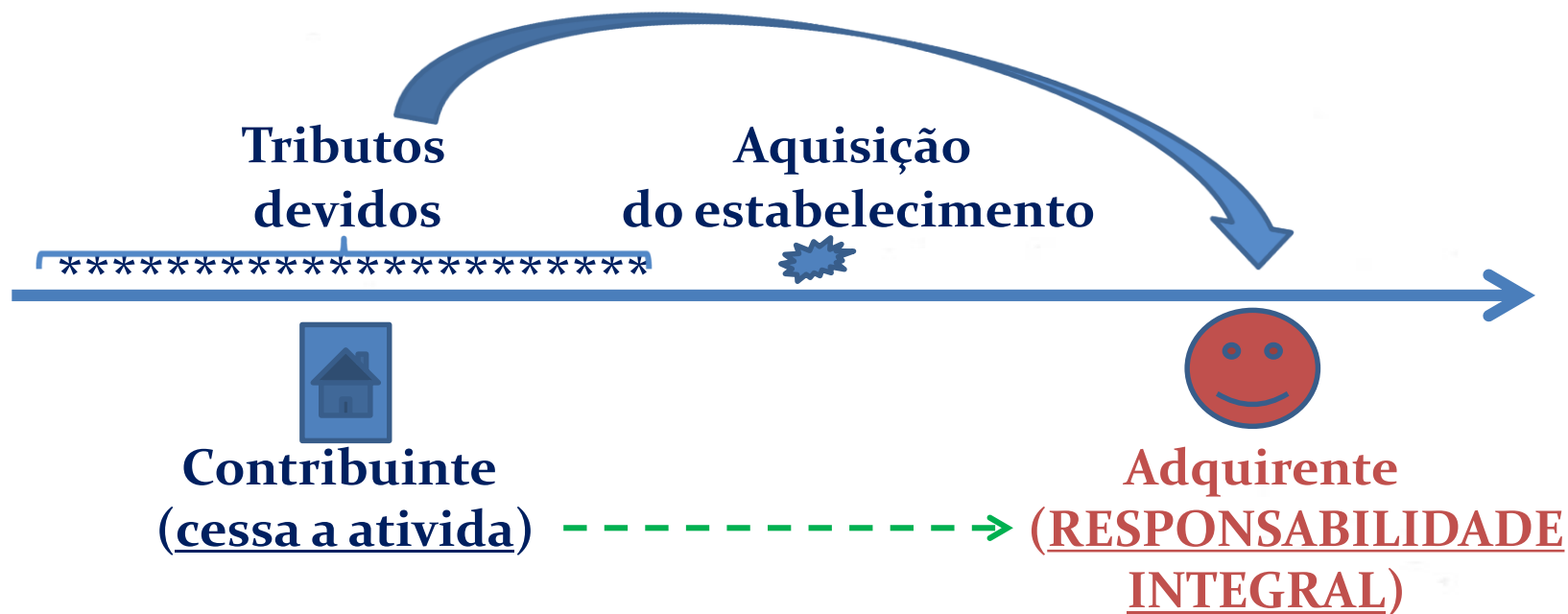
Responsabilidade por Sucessão



Responsabilidade por Sucessão



Responsabilidade por Sucessão



Responsabilidade por Sucessão



Responsabilidade por Sucessão



a) a responsabilidade tributária será apenas subsidiária com o alienante, se este prosseguir na exploração, **e se tratar de alienação judicial em processo de falência.**

*** CTN, Art. 133. A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra... responde pelos tributos... devidos até à data do ato:**

II - subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de seis meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

§1º O disposto no caput deste artigo não se aplica na hipótese de alienação judicial: I – em processo de falência;

- b) não haverá responsabilidade do adquirente em caso de alienação consensual, extra-processo, de cuja deliberação haja participado o representante da Fazenda Nacional.
- c) não haverá responsabilidade integral do adquirente em caso de alienação judicial em processo de falência, mas subsiste a subsidiária.
- d) não haverá responsabilidade do adquirente, integral ou subsidiária, quando se tratar de alienação judicial em processo de falência.
- e) a responsabilidade tributária do falido será excluída, no caso de alienação determinada pelo juízo universal de falência.

43. Para preencher as lacunas do parágrafo abaixo, assinale a opção correta.

O _____ é qualquer pessoa colocada por lei na qualidade de devedora da prestação tributária, será sujeito passivo pouco importando o nome que lhe seja atribuído. O _____ é aquele que, sem ser sujeito passivo, paga tributo em nome de outrem, e não tem legitimidade para discuti-lo. Já o _____ é aquele a quem é juridicamente transferido o ônus econômico do tributo, mediante destaque expresso do valor devido na operação. O _____, por sua vez, é quem suporta o ônus da tributação, com ou sem transferência jurídica. Finalmente, o _____ é qualquer outra pessoa que esteja obrigada, por força de lei, a pagar o tributo, seja em lugar do contribuinte ou junto a ele (direta, solidária ou subsidiariamente).

a) Devedor / mero pagador / contribuinte de fato / contribuinte econômico / responsável.

43. Para preencher as lacunas do parágrafo abaixo, assinale a opção correta.

O _____ é qualquer pessoa colocada por lei na qualidade de devedora da prestação tributária, será sujeito passivo pouco importando o nome que lhe seja atribuído. O _____ é aquele que, sem ser sujeito passivo, paga tributo em nome de outrem, e não tem legitimidade para discuti-lo. Já o _____ é aquele a quem é juridicamente transferido o ônus econômico do tributo, mediante destaque expresso do valor devido na operação. O _____, por sua vez, é quem suporta o ônus da tributação, com ou sem transferência jurídica. Finalmente, o _____ é qualquer outra pessoa que esteja obrigada, por força de lei, a pagar o tributo, seja em lugar do contribuinte ou junto a ele (direta, solidária ou subsidiariamente).

b) **Contribuinte** / mero pagador / contribuinte econômico / contribuinte de fato / terceiro.

43. Para preencher as lacunas do parágrafo abaixo, assinale a opção correta.

O _____ é qualquer pessoa colocada por lei na qualidade de devedora da prestação tributária, será sujeito passivo pouco importando o nome que lhe seja atribuído. O _____ é aquele que, sem ser sujeito passivo, paga tributo em nome de outrem, e não tem legitimidade para discuti-lo. Já o _____ é aquele a quem é juridicamente transferido o ônus econômico do tributo, mediante destaque expresso do valor devido na operação. O _____, por sua vez, é quem suporta o ônus da tributação, com ou sem transferência jurídica. Finalmente, o _____ é qualquer outra pessoa que esteja obrigada, por força de lei, a pagar o tributo, seja em lugar do contribuinte ou junto a ele (direta, solidária ou subsidiariamente).

c) **Contribuinte** / contribuinte de fato / contribuinte econômico / mero pagador / responsável.

43. Para preencher as lacunas do parágrafo abaixo, assinale a opção correta.

O _____ é qualquer pessoa colocada por lei na qualidade de devedora da prestação tributária, será sujeito passivo pouco importando o nome que lhe seja atribuído. O _____ é aquele que, sem ser sujeito passivo, paga tributo em nome de outrem, e não tem legitimidade para discuti-lo. Já o _____ é aquele a quem é juridicamente transferido o ônus econômico do tributo, mediante destaque expresso do valor devido na operação. O _____, por sua vez, é quem suporta o ônus da tributação, com ou sem transferência jurídica. Finalmente, o _____ é qualquer outra pessoa que esteja obrigada, por força de lei, a pagar o tributo, seja em lugar do contribuinte ou junto a ele (direta, solidária ou subsidiariamente).

d) Devedor / **contribuinte de fato** / contribuinte econômico / mero pagador / terceiro.

43. Para preencher as lacunas do parágrafo abaixo, assinale a opção correta.

O _____ é qualquer pessoa colocada por lei na qualidade de devedora da prestação tributária, será sujeito passivo pouco importando o nome que lhe seja atribuído. O _____ é aquele que, sem ser sujeito passivo, paga tributo em nome de outrem, e não tem legitimidade para discuti-lo. Já o _____ é aquele a quem é juridicamente transferido o ônus econômico do tributo, mediante destaque expresso do valor devido na operação. O _____, por sua vez, é quem suporta o ônus da tributação, com ou sem transferência jurídica. Finalmente, o _____ é qualquer outra pessoa que esteja obrigada, por força de lei, a pagar o tributo, seja em lugar do contribuinte ou junto a ele (direta, solidária ou subsidiariamente).

e) **Contribuinte** / contribuinte econômico / contribuinte de fato / mero pagador / responsável.

ESAF – AUDITOR FISCAL 2012

44. Sobre o instituto da responsabilidade no Código Tributário Nacional, assinale a opção incorreta.

a) A obrigação do terceiro, de responder por dívida originariamente do contribuinte, jamais decorre direta e automaticamente da pura e simples ocorrência do fato gerador do tributo.

b) Exige-se que o responsável guarde relação com o contribuinte ou com o fato gerador, ou seja, que tenha possibilidade de influir para o bom pagamento do tributo.

c) Pode ser um sucessor ou um terceiro e responder solidária ou subsidiariamente, ou ainda por substituição.

d) Contribuinte e responsável são sujeitos passivos da mesma relação jurídica, cujo objeto, pagar o tributo, coincide.

e) O vínculo que obriga o responsável ao pagamento do tributo surge de lei específica.

